

ATA DA 594ª REUNIÃO – EXTRAORDINÁRIA - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por convocação extraordinária do presidente do Conselho de Administração, aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos, na sede social da COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB, situada na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a quingentésima nonagésima quarta reunião do Conselho de Administração da CETESB, por videoconferência. Abertos os trabalhos sob a presidência do conselheiro Jônatas Souza da Trindade, na forma do disposto no art. 13 do Estatuto Social da CETESB e secretariada por mim, Valdecir Sarroche da Silva, com a participação dos conselheiros Thomaz Miazaki de Toledo, Rose Mirian Hofmann, Marisa Maia de Barros, José Paulo Neves, Kelly Lopes Lemes, Rodrigo Levkovicz, Maristela Musco de Caires e dos conselheiros independentes João Ricardo Pereira da Costa, Cláudio Carvalho de Lima e Luiz Antônio Ferraro Júnior. Como convidados, os senhores Jorge Luiz Nobre Gouveia, gerente do Departamento de Desenvolvimento Estratégico e Institucional; Roberto Pontes Stanchi, assessor da Presidência; e senhoras Maria Cristina C. Sá Ciccone, gerente da Divisão de Desenvolvimento e Planejamento; e Érica Cristina Padovani Haller, assessora da Presidência. Iniciada a reunião, conforme a Ordem do dia - **item único – Apresentação preliminar do Plano de Negócios para o exercício 2024 - PN 2024 e Estratégia de Longo Prazo**. O senhor Thomaz introduziu o tema com um breve histórico em relação à elaboração do Plano de Negócios para o exercício 2024 - PN 2024, salientando que ele surge do acompanhamento dos resultados parciais do plano de ação emergencial e do desenvolvimento de Projetos Institucionais estratégicos na perspectiva de médio prazo (2024-2026). Salientou que o motivo para a apresentação do tema nessa reunião extraordinária, decorre da necessidade de ouvir/discutir previamente as considerações dos membros para incorporá-las na versão final, a qual deverá ser deliberada na próxima reunião ordinária. Em seguida, o senhor Jorge ressaltou que os trabalhos relacionados à elaboração do PN 2024 e Estratégias de Longo Prazo para os próximos 5 anos (2024-2028), conforme previsto nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016, foram consolidados a partir de quatro reuniões com os representantes das diretorias da Companhia e da Presidência, por meio do Grupo de Trabalho criado conforme Resolução nº 022/2023/P, além de outras reuniões setoriais para esclarecimentos, sendo avaliado também pelo Comitê de Auditoria em reunião ocorrida em 22/11. Salientou que a estruturação do PN 2024 e Estratégia de Longo Prazo, foi pautada nas Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Governo vinculados ao Plano Plurianual 2024-2027; na Pesquisa de Clima Organizacional; e no Plano Estadual de Meio Ambiente, sendo composto por **30 metas** associadas a **17 objetivos** que integram **11 Projetos Institucionais-PI's**, conforme mencionou o senhor Thomaz, dos quais 10 foram apresentados preliminarmente na reunião anterior do Conselho de Administração (593ª RCA), sendo o outro, nomeado “Jurídico + perto”, incluso posteriormente, e que estão vinculados às 7 diretrizes definidas pela gestão, conforme apresentadas na 591ª RCA. Em seguida, discorreu sobre cada Projeto Institucional detalhando as respectivas metas, indicadores, objetivos e diretrizes aos quais está vinculado. Nesse sentido, quanto ao **PI 1 - CETESB Comunica**, vinculado às diretrizes 2, 6 e 7, destacou que o objetivo é “Tornar a comunicação mais ativa e acessível para o público externo”, a partir do alcance de **quatro metas: Meta 1 - Adotar a prática do monitoramento nas atividades da comunicação, com relatórios bimestrais - indicador: nº de relatórios; Meta 2 - Adotar frequência de postagens nas redes sociais, pelo menos 4 postagens por semana no Instagram e 1 postagem no LinkedIn - indicador: nº de postagens; Meta 3 - Dobrar o nº de seguidores no Instagram (13.683 em nov/2023) - indicador: nº de seguidores; e Meta 4 - Dobrar o nº de novos seguidores alcançados no últimos 365 dias no LinkedIn (11 mil, de 20/11/22 a 19/11/2023, atingindo, em nº absolutos, 73,5 mil) - indicador: nº de seguidores**. Quanto ao **PI 2 - CETESB do Futuro**, vinculado às diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6, informou que contempla **sete metas** associadas a 3 objetivos específicos: **Meta 5 - Estruturar a base do Programa de Governança de Dados da CETESB - indicador: acompanhamento do cumprimento do cronograma de execução; e Meta 6 – Efetuar o lançamento da 1ª fase do projeto piloto Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA: diagnóstico de 100% dos polígonos de TCRA de restauração florestal sob responsabilidade da CETESB, na data de assinatura do contrato da FLORESTAR (empresa do segmento de papel e celulose) com o desenvolvedor - indicador: % de polígonos diagnosticados, ambas associadas ao objetivo de “Estabelecer boas práticas de Governança de Dados na Companhia”; Meta 7 - Detalhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI para o exercício de 2024-2028 - indicador: % cumprimento do cronograma de execução; e Meta 8 - Homologar o desenvolvimento da Fase 2 da**

Integração com o Sistema Eletrônico de Informações-SEI - indicador: % cumprimento do cronograma de execução, ambas associadas ao objetivo de “Aumentar a eficiência dos serviços de tecnologia da informação”; **Meta 9** - Elaborar plano de sustentabilidade corporativo - indicador: acompanhamento da elaboração do plano; **Meta 10** - Elaborar diagnóstico do mapeamento das oportunidades de fomento de sustentabilidade no estado, nas atividades licenciadas pela CETESB - indicador: acompanhamento da elaboração do relatório de mapeamento de oportunidades; e **Meta 11** - Gerar 40% da energia consumida pela CETESB a partir de fontes renováveis e mais limpas - indicador: % de geração de energia, todas associadas ao objetivo de “Instituir, de forma transversal na Companhia, conceitos de sustentabilidade”. Quanto ao **PI 3 - Cuidar de quem cuida do Meio Ambiente**, vinculado às Diretrizes 6 e 7, informou que contempla **três metas**: **Meta 12** – Elaborar a proposta e obter a aprovação do Conselho de Administração da proposta de aprimoramento do Plano de Carreira da CETESB - indicador: acompanhamento da execução contratual, associada ao objetivo de “Aprimorar o plano de carreira da CETESB”; **Meta 13** – Fase 1 – Elaborar o Subprograma de Saúde Mental e Bem-Estar e desenvolver no mínimo 5 ações que promovam o bem estar dos colaboradores - indicador: n° de ações desenvolvidas; e **Meta 14** – Fase 2 - Elaborar o Subprograma de Promoção da Cultura de Segurança do Trabalho e desenvolver no mínimo 3 ações que promovam a cultura de segurança - indicador: n° de ações desenvolvidas, ambas associadas ao objetivo de “Elaborar o Programa de Cuidado e Clima Organizacional”. Quanto ao **PI 4 - De Olho na Recuperação Ambiental**, vinculado às Diretrizes 2 e 6, informou que contempla **duas metas**: **Meta 15** - Padronizar procedimento de avaliação de cumprimento de TCRA - indicador: relatório; e **Meta 16** - Verificar no mínimo 5% do estoque de TCRA apurados com prazo de execução até 30/09/2024 com mais de 5.000 mudas - indicador: % TCRA verificados, ambas associadas ao objetivo de “Efetuar a verificação e acompanhamento da execução dos TCRA’s decorrentes dos processos de licenciamento não sujeitos à avaliação de impacto ambiental, para redução do passivo”. Quanto ao **PI 5 - Licencia Mais -Município Legal**, vinculado à Diretriz 3, informou que contempla **duas metas**: **Meta 17** – Realizar, no mínimo, 4 seminários de promoção, difusão e esclarecimentos junto aos municípios, englobando diferentes regiões administrativas do estado, visando solucionar entraves e desafios específicos que eventualmente estejam dificultando a assunção do licenciamento ambiental pelos municípios. Difundir entre os municípios a importância do licenciamento ambiental para a gestão do território e a efetiva implementação do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA - indicador: n° de seminários realizados; e **Meta 18** - Ofertar, no mínimo, 2 cursos sobre práticas de licenciamento ambiental aos municípios, formados por 2 módulos, sendo: o 1° uma visão geral sobre o licenciamento ambiental, contando com atividades práticas; e o 2° tratando especificamente do licenciamento em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais-APRM - indicador: n° treinamentos realizados; n° pessoas treinadas, n° municípios atendidos, ambas associadas ao objetivo “Fomentar a adesão dos municípios ao licenciamento ambiental”. Quanto ao **PI 6 - Monitora Tietê**, vinculado às Diretrizes 1, 2 e 5, informou que contempla **duas metas**: **Meta 19** – Reportar, trimestralmente, os resultados do monitoramento específico de quantificação da carga de Carbono Orgânico Total-COT, com medições mensais em 5 sessões do Tietê na RMSP - indicador: n° relatórios de Acompanhamento dos Indicadores de Qualidade do Programa Integra Tietê; e **Meta 20** – Reportar, trimestralmente, os resultados do monitoramento específico de quantificação da concentração de COT em 30 afluentes - 18 pontos novos além da rede de monitoramento atual - indicador: n° relatórios de Acompanhamento dos Indicadores de Qualidade do Programa Integra Tietê, ambas associadas aos objetivos de: “Gerar os indicadores de qualidade das águas, conforme definidos no Programa Integra Tietê, a partir de monitoramento sistemático do rio Tietê, dentro dos limites da RMSP”; e “Evidenciar o papel da CETESB como o órgão oficial responsável pelas informações técnicas de qualidade ambiental”. Quanto ao **PI 7 – ValorizE**, vinculado às Diretrizes 2 e 5 e voltado especialmente à Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental “E”, informou que contempla **quatro metas**: **Meta 21** - Elaborar uma Ficha Informativa para cada um dos 6 relatórios anuais de monitoramento (material de conhecimento técnico científico sobre qualidade ambiental) com linguagem de fácil assimilação para a sociedade - indicador: n° de fichas; **Meta 22** - Realizar 5 seminários abertos com o foco de divulgar a contribuição gerada pelos dados na qualidade ambiental e na saúde pública com linguagem de fácil assimilação para a sociedade - indicador: n° de seminários; **Meta 23** - Elaborar glossário de termos técnicos ambientais com linguagem simples e acessível, e disponibiliza-lo no site da CETESB - indicador: glossário disponibilizado; e **Meta 24** - Elaborar Portal de Dados Abertos com informações de qualidade ambiental - indicador: Portal entregue, todas associadas ao objetivo de “Produzir material para expressar o valor gerado pela CETESB para a qualidade de vida das pessoas, seja pelos resultados diretos dos monitoramentos em apoio às políticas públicas, seja pelo aumento da transparência ativa”. Quanto ao **PI 8** –

RepensE, vinculado às Diretrizes 5 e 6, informou que contempla **duas metas: Meta 25** - Realizar um diagnóstico das atribuições específicas das unidades da Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental “E” e de suas áreas e responsabilidades na cadeia hierárquica, considerando alinhamento comissão da CETESB e com as exigências legais - indicador: diagnóstico realizado; e **Meta 26** – Realizar um diagnóstico das demandas por processos de negócios da Diretoria - indicador: diagnóstico realizado, ambas associadas ao objetivo de “Identificar oportunidades de melhoria e aumento da eficiência e eficácia nos serviços prestados, dos processos de negócio, tais como Monitoramento Ambiental, Análises de Processos, Avaliação de Emissões Veiculares e Atendimento às Emergências Químicas, e avaliar as necessidades de investimento em equipamentos, recursos humanos, infraestrutura e capacitação, com a visão sistêmica de alinhamento das ações da CETESB”. Quanto ao **PI 9 - Foco no Impacto**, vinculado à Diretriz 2 e voltado especialmente à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, informou que contempla a **Meta 27** – Publicar dois documentos/semestre que contemplem a revisão e/ou proposta de instruções e normativas (linhas de corte) para racionalizar o licenciamento de empreendimentos - indicador: nº de documentos publicados, a qual está associada ao objetivo de “Racionalizar o licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental -AIA por meio da elaboração de normativas e procedimentos, que tratem do enquadramento e triagem dos empreendimentos, garantindo, desta forma, maior agilidade e eficiência nas atividades da Diretoria e permitindo maior foco no licenciamento e acompanhamento de projetos estratégicos e de significativo impacto ambiental”. Quanto ao **PI 10 - MapFauna-SP**, vinculado às Diretrizes 2, 3, 5 e 6, informou que contempla a **Meta 28** – Desenvolver a plataforma, construída para receber os dados de diagnóstico, monitoramento e atropelamento de fauna, em ambiente de produção - indicador: plataforma entregue, a qual está associada ao objetivo de “Incluir a fauna como indicador de qualidade ambiental e de biodiversidade do território, cujo acompanhamento e gestão subsidiem as decisões do licenciamento ambiental e a elaboração de políticas públicas visando um estado mais sustentável”. Quanto ao **PI 11 Jurídico + Perto**, vinculado às diretrizes 6 e 7, salientou que contempla **duas metas: Meta 29** - Estruturar compêndio de normas Legais e Infra legais aplicadas pela CETESB para orientação das equipes - indicador: compêndio disponibilizado, e associada ao objetivo de “Avaliação e identificação das normas aplicáveis pela/à CETESB e publicação das informações e elaboração de compêndio de normas, para orientação das equipes”; e **Meta 30** – elaboração de uma Orientação Jurídica Corporativa–OJC por bimestre - indicador: nº de OJC disponibilizadas, e associada aos objetivos de “Identificar, junto às diretorias, os principais elementos de dúvida jurídica para elaboração de OJC” e “Modernização de regra interna que estabeleça o rito para estabelecimento de entendimentos/precedentes jurídicos de cumprimento obrigatório”. Entre outros aspectos, discorreu sobre os custos estimados e respectivos ganhos/benefícios associados à cada projeto, salientando que uma boa parte dos recursos para os investimentos previstos (total de R\$ 10,7 milhões) está vinculado a patrocínios de empresas, como a Florestar São Paulo (R\$ 500 mil para a meta 6), repasses de Fundos Estaduais como o de Recursos Hídricos – FEHIDRO (R\$ 2,9 milhões para a meta 5), de Prevenção e Controle da Poluição–FECOP (R\$ 337 mil para a meta 13), além de recursos próprios. Salientou que 9 metas (metas 15, 16, 19, 20, 25, 26, 27, 29 e 30) não terão custo adicional, enquanto outras duas (metas 17 e 18) dependerão de recursos próprios. Entre algumas ponderações relativas ao alcance dos Projetos/Metas, destacou: a criação do Departamento de Governança de Dados, com o propósito de atuar no aprimoramento da qualidade dos dados, fortalecendo a integração e o fluxo de dados e comunicações, a sinergia e o engajamento entre as áreas da instituição (PI 2 – Meta 5); a dependência de ferramentas modernas para gestão da informação por meio de acompanhamento remoto, justificando a parceria com empresas (como a Florestar) que detém tecnologia nesse sentido (PI 2 - Meta 6); a criação do Departamento de Sustentabilidade que atuará na constituição de um plano de sustentabilidade corporativo, visando internalizar conceitos e ferramentas, interna e externamente (PI 2 Meta 10); o estudo de alternativas ao incremento da geração/uso de energia sustentável e o aumento de 10 p.p da meta em relação ao índice atual de 30% da energia consumida pela Companhia proveniente de fontes renováveis, principalmente fotovoltaica (PI 2 - Meta 11); o recebimento de contribuições do Conselho Regional de Funcionários-CRF que também serão consideradas na avaliação e formulação da proposta de melhoria do Plano de Carreira (PI 3 – Meta 12); que a revisão de procedimentos internos que envolvem questões de segurança no trabalho inclui a análise das características de algumas áreas e atividades de campo como vistorias e atendimento de Emergências Químicas (PI 3 - Meta 14); o propósito de capacitar os municípios com a formação de equipes técnicas para a atividade de licenciamento, e nesse sentido, que já foram atendidos dois municípios (Porto Feliz e Mogi das Cruzes) por meio de cursos, bem como a proposta do uso da estrutura da Escola Superior da CETESB-ESC na realização de cursos/seminários, inclusive de forma híbrida (PI 5 – Metas 17 e 18); o fortalecimento da identidade da CETESB junto à sociedade, a partir

da ampliação do acesso e melhor assimilação dos dados/informações de monitoramento da qualidade ambiental (PI 7 – Metas 21 a 14). A senhora Érica acrescentou que o PI 7 envolve uma tradução para o público leigo dos relatórios técnicos de monitoramento da qualidade, produzidos pela Diretoria E, e tem uma aderência ao PI 1 – CETESB Informa; a perspectiva de maior celeridade e clareza no desenvolvimento dos trabalhos e atuação focada para as questões ambientais mais relevantes (PI 9 – Meta 27); que a referida plataforma construída para receber os dados de diagnóstico, monitoramento e atropelamento de fauna integrará a sala e-Cenários, sendo uma inovação na prestação do serviço da Companhia junto à sociedade, permitindo uma avaliação mais acurada da qualidade ambiental do estado (PI 10 – Meta 28); e o benefício quanto à padronização de normas no contexto operacional de apoio às equipes técnicas (PI 11 – Metas 29 e 30). Durante a apresentação os conselheiros teceram considerações e questionamentos. Quanto ao PI 1 - CETESB Informa, o senhor Luiz Ferraro questionou sobre o destino da verba de R\$ 2 milhões ao que a senhora Érica informou que será empregado na contratação de empresa especializada que reúna profissionais com experiência nas temáticas que atendam às necessidades da CETESB. O senhor Thomaz acrescentou que a equipe interna de Comunicação, que envolve os setores de mídias eletrônicas, eventos e imprensa, está subdimensionada e sem atualizações, diferentemente de empresas do mercado, e que a adaptação/adequação ganhará celeridade com a terceirização. Ressaltou que há uma iniciativa do Governo, através da Secretaria de Comunicação-SECOM, que elaborou um Termo de Referência padrão a ser utilizado nos processos licitatórios por cada Pasta/Secretaria, conforme havia mencionado na reunião anterior (593ª RCA). Quanto ao PI 2 – CETESB do Futuro, o senhor Thomaz destacou que é o projeto que concentra a maior parte dos investimentos (59% do total - R\$ 6,35 milhões), os quais estão principalmente direcionados à meta de “Estruturar a base do Programa de Governança de Dados da CETESB” (meta 5), que envolve a modernização de ferramentas/sistemas para aprimoramento da qualidade e integração do fluxo de dados e comunicações, que permitirão à instituição atuar com maior eficiência operacional, segurança e transparência, e que os investimentos em Tecnologia da Informação (meta 7 – R\$ 1,35 milhão), serão norteados pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI, e têm o aval do Governo, constituindo uma das prioridades ao desenvolvimento da Companhia, assim como o Concurso Público. Quanto às metas do PI 6 - Monitora Tietê, o senhor Luiz Ferraro questionou quais são as microbacias que mais contribuem para a piora da qualidade do Rio Tietê, ao que o senhor Jorge Gouveia informou que as cinco sessões (pontos focais) do Rio Tietê referidas na meta 19 são: o bairro da Penha, Edgard Souza (em Santana de Parnaíba), Ponte dos Remédios, Ponte das Bandeiras e Mogi das Cruzes. O senhor Jônatas observou sobre os esforços do estado para automatização da rede de monitoramento que permitirá amplo controle nesse sentido. Quanto ao PI 8 – RepensE, a senhora Rose destacou a importância deste projeto em relação ao Plano de Negócios. Observou que os Projetos Institucionais até então apresentados apresentam características mais voltadas a um plano estratégico do que propriamente a um plano de negócios. Salientou que ainda que embora a CETESB não seja uma empresa privada, considera importante uma análise mais acurada de seu posicionamento, comparativamente aos diferentes órgãos ambientais, a partir do contexto político, econômico e ambiental no estado, bem como o que é necessário ser feito no âmbito do Plano de Negócios para adequar as metas em relação a riscos e oportunidades. Destacou que enxerga uma oportunidade de novos serviços a serem prestados pela Companhia e, nesse aspecto, o diagnóstico, da forma como delineado no objetivo do PI 8, é um dos pontos principais que sugere nortear a adequação das ações/projetos ao PN 2024. O senhor Jorge Gouveia agradeceu as observações da senhora Rose e informou que há um documento que detalha melhor as Estratégias de Longo Prazo, o qual enviará previamente aos conselheiros para análise antes da próxima reunião que deliberará sobre a matéria. O senhor Thomaz ressaltou que haverá apresentação em 28/11, pela manhã, dos PI's ao corpo funcional da CETESB, e destacou a importância das considerações da senhora Rose para a revisão/consolidação do PN 2024. O senhor Luiz Ferraro informou que o Plano de Negócios de uma empresa pública difere de uma empresa privada, e no caso da CETESB, observou ser interessante considerar a busca de alternativas para obtenção de recursos e otimização de processos visando a redução de custos. O senhor Thomaz salientou que embora a CETESB se enquadre como “empresa pública”, constituída para atender a demanda da sociedade e dos órgãos ambientais, atua na maioria das vezes como “órgão público”, sem uma visão estratégica de negócios, salientando que o principal ponto/questão a ser considerado nesse sentido/discussão, seria: ponderar se a empresa deve ou não ter uma visão de negócio/comercial. Salientou que desde que assumiu a presidência da empresa, tem buscado entender o histórico em relação às oscilações de Receita da Companhia, de forma que considera importante que esta não seja dependente apenas da arrecadação de licenças e multas (principais fontes), alertando para a necessidade e desafio na busca de inovação em suas operações, bem como da oferta de novos serviços, ressaltando que a Companhia oferece

o mesmo rol de serviços desde que foi criada em 1976. A senhora Rose pontuou que a questão de implementar uma visão estratégica de negócio, não significa que a Companhia deve mudar sua atuação/característica (de empresa dependente) buscando aferir lucro, mas sim agregar/gerar valor junto à sociedade por meio da oferta de novos serviços. Analogamente, salientou que a questão de riscos e oportunidades não está voltada simplesmente à viabilidade financeira, mas, por exemplo, ao aspecto social quando envolve o risco de judicialização decorrente de avaliação de impacto ambiental. A senhora Kelly concordou e observou sobre a necessidade de mudança de cultura a partir dessa ótica, ou seja, difundir internamente a questão de gerar valor à sociedade por meio dos serviços prestados pela Companhia, citando como exemplo, a meta 21 que integra o PI ValorizE relativo a transformar e divulgar os dados e informações técnicas dos relatórios de monitoramento em linguagem de fácil assimilação pela sociedade. Acrescentou que, quanto às metas 29 e 30 que integram o PI 11, a questão da padronização dos procedimentos, em determinados casos, pode não oferecer, por exemplo, uma visão/impressão favorável junto à sociedade em relação ao tratamento/análise atribuído na solução de determinada questão e, nesse sentido, adotar uma diferenciação no atendimento agrega valor ao serviço na percepção das pessoas/usuários. O senhor Jorge Gouveia explicou que essas metas (29 e 30) foram constituídas a partir da constatação de respostas diferentes a um mesmo problema/situação, reportadas por usuários ao serem atendidos em agências distintas. O senhor Jônatas observou que há oportunidades de melhorias e vale o esforço conjunto dos membros do Conselho para atuar no propósito de alinhar/ajustar a proposta do PN 2024 às observações da senhora Rose, ou seja, quanto à: promover mudança de cultura institucional; oferta de novos serviços dentro da *expertise* da CETESB, visando angariar receita e agregar valor junto à sociedade; e melhorar os procedimentos visando a eficiência operacional, por meio da padronização/ automatização/ racionalização, salientando que são medidas que também refletem em redução de custos/economia e ponderando que de maneira geral, a versão apresentada atende esse último aspecto. Nesse sentido, sugeriu um trabalho conjunto do Conselho junto ao Grupo de Trabalho que está conduzindo a elaboração do PN 2024, para maior detalhamento da Meta 26 - Realizar um diagnóstico das demandas por processos de negócios da Diretoria, associada ao objetivo de “Identificar oportunidades de melhoria e aumento da eficiência e eficácia nos serviços prestados, dos processos de negócios”, dentro de um prazo razoável à deliberação da matéria até a próxima reunião ordinária. Salientou que há algumas oportunidades que podem ser analisadas, como: em relação à oferta de novos cursos pela ESC; novas formas/meios de divulgação dos cursos/seminários; ampliação do público-alvo (para outros estados); ampliação da estrutura atual para captação de negócios, por exemplo, em relação à rede de monitoramento da qualidade do ar (analisar se há estrutura caso haja um chamamento incluindo outros estados da federação); entre outros. O senhor Jorge Gouveia informou que, em relação à ESC, estão previstas reuniões nos próximos dias com representantes da Agência Nacional de Águas-ANA para oferecer, no âmbito local e internacional, cursos de capacitação, com boa perspectiva de retorno financeiro, salientando que em 2019 ocorreram ações nesse sentido, as quais foram interrompidas em razão da pandemia. Acrescentou que o grande número de capacitações internas promovidas pela ESC junto ao corpo funcional, gera economia para a empresa e está em linha com a questão/visão de gerar valor junto à sociedade. A senhora Érica informou que será divulgado no mês de dezembro junto aos colaboradores o “Painel de Contribuição”, alinhado aos Projetos Institucionais CETESB Informa e RepensE e à ideia da mudança de cultura institucional, visando a coparticipação/contribuição do corpo funcional, por meio de metas junto às Divisões, com o propósito de identificar oportunidades de inovação/melhoria operacional. O senhor Thomaz sugeriu que, em razão do curto prazo para deliberação do PN 2024 até o final desse exercício, seja feito um trabalho interno (documentado) de avaliação/revisão da proposta apresentada no prazo de uma semana, para que, concluída esta etapa, o resultado seja apresentado à deliberação do Conselho na reunião ordinária de dezembro, ao que todos concordaram. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata e assinada pelos senhores conselheiros e por mim secretário.

A) JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE, THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO, JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA, CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA, LUIZ ANTÔNIO FERRARO JÚNIOR, ROSE MIRIAN HOFMANN, MARISA MAIA DE BARROS, RODRIGO LEVKOVICZ, KELLY LOPES LEMES, JOSÉ PAULO NEVES, MARISTELA MUSCO DE CAIRES e VALDECIR SARROCHE DA SILVA.



Assinaturas do documento



"Ata da 594ª RCAE de 27.11.23"

Código para verificação: **LFRLWMN3**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **CLÁUDIO CARVALHO DE LIMA** (CPF: 162.XXX.488-XX) em 15/01/2024 às 16:17:48 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 22/12/2023 - 16:58:38 e válido até 22/12/2123 - 16:58:38.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO LEVKOVICZ** (CPF: 295.XXX.718-XX) em 11/01/2024 às 10:01:40 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 14:15:34 e válido até 27/05/2122 - 14:15:34.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARISA MAIA DE BARROS** (CPF: 075.XXX.527-XX) em 11/01/2024 às 07:26:26 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/01/2023 - 10:39:55 e válido até 20/01/2123 - 10:39:55.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOSE PAULO NEVES** (CPF: 015.XXX.318-XX) em 08/01/2024 às 15:44:39 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 08/01/2024 - 15:43:48 e válido até 08/01/2124 - 15:43:48.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUIZ ANTONIO FERRARO JUNIOR** (CPF: 154.XXX.928-XX) em 08/01/2024 às 12:36:24 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 21/06/2023 - 13:33:10 e válido até 21/06/2123 - 13:33:10.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **KELLY LOPES LEMES** (CPF: 183.XXX.648-XX) em 02/01/2024 às 12:25:36 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/12/2023 - 10:57:01 e válido até 20/12/2123 - 10:57:01.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **VALDECIR SARROCHE DA SILVA** (CPF: 065.XXX.108-XX) em 02/01/2024 às 07:40:42 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 06/10/2022 - 12:42:11 e válido até 06/10/2122 - 12:42:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **JOÃO RICARDO PEREIRA DA COSTA** (CPF: 722.XXX.677-XX) em 22/12/2023 às 19:11:01 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 03/08/2022 - 07:46:27 e válido até 03/08/2122 - 07:46:27.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARISTELA MUSCO DE CAIRES** (CPF: 011.XXX.068-XX) em 22/12/2023 às 11:10:25 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 01/07/2022 - 10:02:37 e válido até 01/07/2122 - 10:02:37.
(Assinatura do sistema)

Esta página foi gerada automaticamente pelo sistema para detalhamento das assinaturas e não é contabilizada na numeração de páginas de processo.



Assinaturas do documento



"Ata da 594ª RCAE de 27.11.23"

- ✓ **JONATAS SOUZA DA TRINDADE** (CPF: 789.XXX.501-XX) em 22/12/2023 às 11:00:51 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 12/01/2023 - 17:59:20 e válido até 12/01/2123 - 17:59:20.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO** (CPF: 303.XXX.838-XX) em 21/12/2023 às 16:56:33 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 18/01/2023 - 16:08:24 e válido até 18/01/2123 - 16:08:24.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **ROSE MIRIAN HOFMANN** (CPF: 039.XXX.349-XX) em 20/12/2023 às 18:20:28 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 23/06/2023 - 16:14:31 e válido até 23/06/2123 - 16:14:31.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **CETESB.089989/2023-13** e o código **LFRLWMN3** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.